



Por Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

Cavalcanti e Fragelli são professores da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, da qual o primeiro também é coordenador de mestrado e o segundo é diretor

Corrupção, impunidade e estagnação

Reduzir o número de partidos, diminuir o tamanho do Estado e abrir a economia são precondições para eficiência

18/03/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Um investidor estrangeiro que considere a possibilidade de instalar - ou mesmo manter - uma filial de sua empresa no Brasil tem motivos de sobra para pensar duas vezes. Entre avanços e retrocessos, ao sabor de mudanças frequentes das regras do jogo, a terceira década perdida em meio século vai se tornando inexorável.

O pano de fundo é a corrupção endêmica. Um país presidencialista com três dezenas de partidos representados no Congresso, além de um Estado gigantesco e uma economia fechada para padrões internacionais, apresenta condições ideais para a corrupção prosperar. Com tantos partidos, o presidente tem dificuldade para formar uma coalizão de governo capaz de aprovar sua agenda no Congresso. Mas ele dispõe de inúmeros cargos na imensa máquina estatal, bem como em várias empresas públicas, que podem ser distribuídos para comprar apoio parlamentar. Seus ocupantes promovem investimentos superfaturados, a fim de financiar campanhas eleitorais milionárias e ampliar seus patrimônios individuais. A ausência de concorrência de empresas estrangeiras facilita a ação entre amigos.

Reduzir o número de partidos, reduzir o Estado e abrir a economia são precondições para eficiência administrativa

Reduzir o número de partidos - além de diminuir o tamanho do Estado e abrir a economia - constitui uma pré-condição para se conter a corrupção e melhorar a eficiência da administração pública. Esse diagnóstico levou o Congresso, em 1995, a aprovar a Cláusula de Barreira, que criava várias dificuldades para partidos que não alcançassem 5% dos votos. A fim de dar tempo aos partidos pequenos para se adaptarem à nova regra, esta só entraria em vigor dez anos depois. Após as eleições de 2006, entretanto, os pequenos partidos que não atingiram aquele patamar mínimo de votos convenceram o STF a derrubar a Cláusula de Barreira. O resultado foi a explosão do número de partidos. Seria coincidência que o maior escândalo de corrupção da história do país, alcunhado de Petrolão, tenha ocorrido justamente após essa fatídica decisão?

Em 2014, um pequeno grupo de procuradores de Curitiba lançou-se numa cruzada anticorrupção que desvendou o saque sistemático da maior empresa nacional. A Lava-Jato, temendo represálias que poderiam transformá-la em pizza, divulgou amplamente suas descobertas na imprensa, a fim de manter a opinião pública mobilizada. O resultado foi a prisão, talvez pela primeira vez, de poderosos empresários, tecnocratas e políticos. Bilhões foram recuperados pela Petrobras e o fisco. Cidadãos e investidores tiveram a esperança de que a impunidade estaria perto do fim.

Em 2015, a inflação e o desemprego provocados por más políticas econômicas, e a percepção de ampla corrupção, gerou o ambiente político propício ao processo de impeachment. Em abril de 2016, após o afastamento de Dilma, o governo Temer, assentado em forte base parlamentar, conseguiu implantar importantes agendas. Na economia, a reforma trabalhista, a eliminação da TJLP, o Teto de Gastos, a Lei das Estatais foram grandes avanços. Na política, aprovou-se a reforma que restabeleceu uma Cláusula de Barreira crescente e deu fim às coligações em eleições para deputados e vereadores. Quando cidadãos e investidores começavam a se animar, a divulgação da gravação de Joesley, em maio de 2017, sustou outras reformas programadas. Teriam que aguardar o próximo governo.

Em abril de 2018, Lula foi preso pelo Lava-Jato. Naquele ano eleitoral, com o ex-presidente fora do páreo devido à Lei da Ficha Limpa, um candidato azarão, radical e destemperado, beneficiado por uma esquerda incapaz de reconhecer seus erros, um centro dividido em torno de quatro candidatos, e uma facada que justificou sua ausência em debates, chegou ao poder. Para decepção de muitos, Moro, o principal

juiz da Lava- Jato, aceitou um ministério no novo governo, dando ainda mais munição àqueles que o acusavam de parcialidade e de agir segundo uma agenda política.

Em junho de 2019, o Intercept divulgou conversas em que Moro orientava os procuradores da Lava-Jato sobre como formular as acusações. Nenhum dos crimes identificados deixou de existir, mas a isenção do processo foi posta em dúvida. A liberação da gravação entre Dilma e Lula já tinha sido outro erro grave de Moro. Em abril de 2020, o ex-juiz que aceitara o cargo de ministro, talvez acreditando poder promover mudanças na legislação destinadas a combater a corrupção, deixou o governo denunciando tentativas do presidente de intervir na Polícia Federal, a fim de proteger seus filhos de graves acusações. Mais uma vez, a corrupção mostrava ter poderosos aliados.

As peripécias resumidas acima foram afetadas por muitas decisões do STF. Em 2009, o STF suspendeu a prisão após julgamento em 2ª instância. Em 2016, novo entendimento do STF restabeleceu a prisão em 2ª instância, o que permitiu a prisão de Lula em 2018. Em 2019 o STF voltou atrás novamente, proibindo a prisão após o julgamento em 2ª instância, o que justificou a libertação do ex-presidente. Mas Lula permanecia inelegível pela Lei da Ficha Limpa.

Agora em 2021, o STF voltou a surpreender o país quando um único de seus membros anulou a condenação de Lula, pois se convenceu de que o ex-presidente não poderia sequer ter sido julgado em Curitiba, o que o recolocou no páreo eleitoral de 2022. Se os próprios brasileiros ficam atordoados diante de tantas novidades, imagine potenciais investidores que poderiam gerar aqui empregos e receitas tributárias!

Enquanto a vacinação avança a passos de cágado, as atenções se voltam para a eleição de 2022. Em sua primeira entrevista como candidato, Lula, embora tenha usado um tom moderado e acenado ao centro, repetiu velhos bordões da esquerda, criticando a independência do Banco Central e as (poucas) privatizações ocorridas em filiais da Petrobras. Não mencionou nem se penitenciou dos escândalos dos governos petistas.

Do outro lado, um presidente negacionista insiste em sua versão estapafúrdia sobre como lidar com a pandemia, enquanto avança no controle das investigações sobre

sua família. Na Câmara, já se costura a destruição da excelente reforma política de 2016. Nesse ambiente de imensa incerteza e impunidade, investimentos são cancelados, transferidos a outro país, ou adiados para o próximo governo. Mais uma vez.

**Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV
Crescimento e Desenvolvimento**

Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV

Mais do Valor **Econômico**

Gol tem prejuízo de R\$ 861,9 mi no 4º tri com impacto da covid sobre demanda

No ano todo de 2020, prejuízo líquido foi de R\$ 2,3 bi, após lucro líquido de R\$ 744 mi em 2019

